

LUIZE PEREIRA DOS SANTOS

A ESCOLA INCLUSIVA

PONTAL DO PARANÁ

2005

LUIZE PEREIRA DOS SANTOS

A ESCOLA INCLUSIVA

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de especialista pelo curso de Inclusão/Educação Especial da Universidade Federal do Paraná/DEPSI em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Pontal do Paraná/CEAD.

Orientadora: Professora Márcia R. 
Guimarães.

PONTAL DO PARANÁ

2005

Dedico esta monografia a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização e desenvolvimento do mesmo, tendo como principal, minha família.

Agradeço aos colaboradores por nos incentivar, apoiar, orientar e colaborar com esta pesquisa contribuindo com sugestões, mostrando-se dispostos e atendendo-nos, com boa vontade, sempre que solicitados. À direção, supervisão e funcionários da Escola Municipal que me abriu as portas para a realização desta pesquisa de campo. À meus familiares que tanto nos apoiaram nessa trajetória.

“Muitos de nossos problemas mais críticos não estão no mundo das coisas, mas no mundo das pessoas. Nosso maior fracasso como seres humanos tem sido a incapacidade de assegurar a cooperação e o entendimento com os outros”

(Hersey & Blanchard, 1979)

SUMÁRIO

RESUMO	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	3
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3
2.2 DEFICIÊNCIAS	7
2.2.1 Alunos da Educação Especial	7
2.2.2 História dos Surdos no mundo	7
2.2.3 Filosofias Educacionais para pessoas surdas no Brasil	8
2.2.4 Área da deficiência Auditiva	9
2.2.5 Deficiência Visual	10
2.2.6 Deficiência Mental	12
2.2.7 Deficiência Física	13
2.3 INCLUSÃO	13
2.4 INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO	13
2.5 A ESCOLA INCLUSIVA	14
2.6 PEDAGOGIA CENTRADA NA CRIANÇA	15
2.7 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	16
2.8 POSTURA DO PROFESSOR	17
2.9 METODOLOGIA, CURRÍCULO, CONTEÚDO E AVALIAÇÃO	18
2.10 O PAPEL POLÍTICO SOCIAL E DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	18
3 PESQUISA DE CAMPO	20
3.1 OBJETIVOS DA PESQUISA DE CAMPO	20
3.2 CONTEXTO PEDAGÓGICO	20
3.3 METODOLOGIA DA PESQUISA	21
3.4 QUESTIONÁRIOS	22
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DIRIGIDOS ÀS PROFESSORAS DE CLASSE REGULAR	25
4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM PROFESSORES QUE TRABALHAM COM ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	26

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM DIREÇÃO E SUPERVISÃO.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	37
ANEXO A – FORMULÁRIO DA PESQUISA	38

RESUMO

O anseio por um estudo profundo sobre o a inclusão do aluno surdo nas classes regulares, leva à pesquisa e análise de vários fatores envolventes, com o objetivo de verificar se o sistema de ensino regular contribui na inclusão do aluno surdo. Para tanto, a construção da problemática foi orientada por uma indagação básica: A inclusão do aluno surdo interfere significativamente no cotidiano do sistema de ensino regular, tendo primeiramente, um conhecimento teórico e um diagnóstico sobre a organização da instituição observada, realizando entrevistas com os professores envolvidos com o aluno e observando-o durante a inserção na classe regular, organizou-se um relatório sobre a vida do aluno, para conhecer cuidadosamente sua vida, quem ele é e o que ele próprio, a família e os amigos sonham para seu futuro. Foram elaborados também em uma primeira etapa, questionários para os alunos da classe regular afim de diagnosticar a reação dos mesmos em relação à presença do aluno surdo em classe regular, na Segunda etapa, trabalhou-se com a supervisão escolar e com os professores por meio de palestras e esclarecimento de dúvidas. Com base nessa abordagem conclui-se que a maior dificuldade encontrada tanto pelo aluno quanto pelas pessoas envolvidas com o mesmo foi a comunicação, a falta de linguagem entre as partes, a qual praticamente impediu que o aluno adquirisse os conteúdos necessários à sua aprendizagem.

Palavras-chave: inclusão; diferenças; integração; direito; cidadania.

INTRODUÇÃO

A atual lei de Diretrizes e Bases (nº 9394) trata a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania, que deve se realizar transversalmente, permeado a todos os níveis e demais modalidades de ensino nas instituições escolares.

Em 1990 surge o movimento em prol da sociedade inclusiva iniciado pelas Nações Unidas, mediante a resolução desse organismo em defesa de uma Sociedade para todos, configurando assim a normativa universal que fundamenta a implantação da inclusão. Essa abrangência foi definida no âmbito educacional, em 1994, por meio do conhecido *Encontro de Salamanca* (Espanha) resultando o documento 'DECLARAÇÃO DE SALAMANCA", assinado por diversos países. Tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em *Escolas para Todos*, que têm como princípio orientador à inclusão de todo o aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

Contempla essa Declaração a necessidade de implementação de uma pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos.

A Secretária de Educação Especial tem por objetivo "garantir a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino", estimulando e oferecendo apoio a projetos de implementação da educação inclusiva, visando investigar e buscar soluções apropriadas e significativas para as diferentes manifestações de uma realidade tão ampla e sócio-culturalmente diversificada como a nossa.

Por Educação Inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbio de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus, da pré-escola ao quarto grau.

Constatar-se-á por meio deste, se os professores do ensino fundamental estão ou não preparados para trabalhar com alunos portadores de necessidades educativas especiais, qual é a opinião desses professores a respeito da escola inclusiva e como se dá o ensino-aprendizagem e socialização desses alunos nas classes regulares, para assim, sabermos se os professores estão aptos a oferecer aos alunos portadores de necessidades educativas especiais os serviços de que

necessitam para que possam desenvolver suas aptidões pessoais e se a instituição observada propicia material didático e ambiente físico adequado para atender esses alunos.

Detectar-se-á então, dentro da realidade escolar, se ocorre a inclusão ou a exclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular e se o artigo referente à inclusão que consta na Lei 9394/96 é praticado ou fica somente uma cobrança no papel.

O trabalho se desenvolverá utilizando pesquisa bibliográfica e de campo em que verificar-se-á como se dá a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais no ensino regular.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da educação especial no Brasil traz influências das tendências pedagógicas, décadas se passaram e a pessoa portadora de Necessidades Educacionais Especiais era considerada marginalizada, doente e improdutiva.

Na era Pré-Cristã se eliminava deficiência com a morte na Pós compensa, conformismo piedoso, já na Idade Média, o deficiente tinha conotação religiosa, ele estava ligado ao demônio. Após a Revolução Francesa, a anormalidade com os deficientes ficou mais humanista.

No Brasil à respeito da educação especial se registra no período Colonial, uma instituição que atendia deficientes físicos que foi a Irmandade Santa Casa de Misericórdia.

Anache (1994 p.76), relata que a primeira manifestação oficial a respeito da educação de deficientes que se tem conhecimento, foi apresentada em projeto de lei à Assembléia por Comélio Ferreira França, Deputado Federal em 1835, sendo logo arquivado.

No segundo Império, em 1854 por inspiração européia, foi criado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que hoje se chama Instituto Benjamim Constant. Criou-se na Corte o ensino para cegos (1854) e surdos (1856).

Logo após esta iniciativa, seis instituições foram criadas durante o decorrer de trinta anos.

Havia nestas instituições ensino de 1ª à 4ª séries, cursos profissionalizantes de pouca duração. Estas iniciativas dependiam da autorização da administração escolar, desde professores, já que a Constituição de 1824 não contemplava um atendimento educacional para “deficientes”.

No final do império ao advento da República foram os deficientes visuais que recebiam apoio do Estado. Os deficientes mentais, até então os tidos como doentes, eram internados em sanatórios psiquiátricos ou sendo forçados a trabalhar no campo.

Fonseca (1990 p 27), relata que o nível nacional foi a década de 20, com o movimento escolanovista e sob a influência de educadores como Montessori, Decroly, Dewey e outros que a educação incorporou novos princípios, adotou testes

psicológicos para tirar e diagnosticar crianças com “deficiências mentais”. Nesta ocasião valorizou-se estudos de psicologia experimental e a escola juntamente com médicos e educadores, começaram a centrar os interesses na criança, quando também adotam métodos ativos no processo ensino aprendizagem.

“Toda a preocupação com testes da inteligência vai ser ampliada a partir de 1920, sendo o trabalho de Binet x Simon em (1929) traduzido por Lourenço Filho. Não se tratou de preocupação com o anormal, mas sim, feito em função do normal” (Fonseca, 1990 p. 21)

Helena Antipoff adepta de escolanovista, sugere em 1930 que haja uma separação de alunos em sala de aula, onde deveriam incluir crianças do 1º ano, com até sete anos e nove meses. Os repetentes entrariam em 3 classes como: classe B para alfabetizados, classe C para crianças com inteligências tardias ou retardadas e classe D para crianças anormais que hoje chamamos de classes especiais.

A experiência educacional sistematizada de atendimento foi a primeira criada em 1932 em Minas Gerais, com a fundação da sociedade de Pestalozzi pela iniciativa de Helena Antipoff, que já atendia pessoas com deficiência mental e seu objetivo principal era a adaptação do “excepcional”, na sociedade.

“As instituições especializadas pelo Estado, garantiam a tranquilidade das classes comuns. A clientela atendida pelo Instituto era toda uma variedade de alunos que não correspondiam aos parâmetros da ordem e da moral existentes na sociedade e institucionalizados na escola... isto para minimizar a miséria moral em que se achavam.” (Gril, 2000, p. 90)

Apesar de Antipoff considerar a influência do social no desenvolvimento da “inteligência” declara:

“Assim sem ter o direito de pensar que a educação pode criar de mesmo aumentar o potencial nas faculdades inatas das crianças, temos a convicção de que o exercício racional e sistemático pode organizá-las” (ZANUZZI APUT FREITAS 1985 p. 91)

O movimento exerceu influência na escola pública brasileira que embora não tenha assumido a educação de excepcionais, deu seu apoio à criação de instituições especializadas que contribuíram para a implantação da educação gratuita aos excepcionais.

Destaca-se no Brasil como matéria de avanço resultantes destas campanhas as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61 e 5692/72 que sistematizaram o ensino público. Estas conquistas foram significativas para a educação pública, por inserir legalmente o portador de dificuldades específicas dentro do contexto escolar brasileiro e paranaense.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61 o portador de deficiência tem garantido o direito de integração no ensino regular ou a educação ao encargo das instituições especializadas.

Logo uma década após, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/72 com o intuito de corrigir inadequações do ensino médio. A nova Lei de Diretrizes e Bases propôs a reformulação do ensino superior e ajustes econômicos para a educação vigente, também promulgava alterações que beneficiaram mais o ensino especial. “Os alunos que apresentaram deficiências físicas ou mentais, os que encontravam com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação.

“Considera-se a Lei 5692/72 um avanço em relação à 4024/61 na medida em que ela é mais afirmativa com relação a tal direito e em que remete pelo menos parte do problema para o ensino regular Os alunos que apresentaram deficiências físicas ou mentais, os que encontravam com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação.” (FERREIRA, In ANACHE, 1994, p.22)

No artigo da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, pelo primeiro parágrafo do Art.58 da Lei 9394, “haverá, quando necessário serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.” (BRASIL, 1997. P. 28)

A nova Lei de Diretrizes e Bases se traduz um documento importante ao ensino especial, por estabelecer os rumos e fundamentos da educação brasileira. Ela atribui ao poder público, a responsabilidade de um ensino universal com qualidade, inclusive aos que não tiveram acesso à ele na idade própria.

Por apresentar métodos e medidas especiais para atendimento é que a LDB da educação nacional, contempla em seu artigo 4º parágrafo 3º “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino.”

A LDB destina um capítulo específico à educação de pessoas portadoras de deficiências, abordando: atendimento, currículo, professores, profissionalização e instituições privadas que ofertem ensino especial. Ressalta-se também nesta lei a oferta educacional à criança com dificuldades especiais à partir de seu nascimento e garantindo-a até a educação para o trabalho independente na comunidade ou outras formas supervisionadas de trabalho.

O artigo 4º e 5º são claros quando a obrigatoriedade e gratuidade de ensino fundamental, é direito público, subjetivo, podendo qualquer cidadão, e ainda o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.

Canziani apud Mitler (2003, p,49) afirma que se déssemos mais crédito e nos apoiássemos mais no que existe quanto à legislação vigente, muitos problemas relacionados com educação especial no Brasil seriam mais adequadamente resolvidos.

O importante é que a família e órgãos protetores de pessoas com Necessidades especiais e também outros setores da comunidade se mobilizem para atender essa clientela. Como também à sociedade, atender os portadores de necessidades especiais, conhecendo-os como seres produtivos e capazes de assumir sua cidadania sem as idéias que são paliativas para estas pessoas.

Segundo Carvalho (1998, p, 176), em que pese a história da humanidade nos mostra o problema fundamental, em relação aos direitos do homem, não está em justificá-los e consagrá-los em textos aprovados no consenso mundial. Certamente que o fato de serem afirmados e reafirmados em declarações, representa um grande avanço político e social. A contradição não está no como reivindicar ou inserir direitos em textos; o problema está em protegê-los, em conquistar sua execução, o que, geralmente é fruto das lutas de determinados grupos que se sentem desrespeitados.

No Paraná a nível de legislação por sua importância destaca-se a deliberação 004/73 que normaliza a Educação Especial, substituída em 1975 pelas deliberações 024, 035, e 020/86 ainda em vigor.

A partir da década de 80 houve um significativo avanço do Paraná, o projeto denominado treinamento em ação promovido pela SEED/DEE, apoiado pelo PROVOPAR, UNICEF entre outros afins, trabalhou a conscientização da prevenção de deficiências.

Constata-se até 1994 que 80% dos paranaenses já contam com um total de 1600 programas.

A secretaria de Estado da Educação do Paraná em 1994, traz um índice de atendimento em escolas da rede pública e escolas conveniadas com a SEED, e ainda várias instituições privadas que ofertam ensino especial.

Segundo SEED do Pr (1994) a expansão do ensino especial, ocorreu predominantemente na área da deficiência mental. Das 263 escolas especiais do Estado, 206 são da área mental contra 57 que ofertam ensino à outras áreas de deficiências.

Pois segundo a ONU, 10% da população possui algum tipo de deficiência, porém não há registro desta população, na oferta educacional especial do Estado do Paraná.

Importante ressaltar as conquistas legislativas que asseguram os direitos das pessoas portadores de deficiência há de buscar uma participação efetiva de órgãos públicos, enfim, da sociedade em geral através de um exercício continuado de suas funções, fazer valer sua autonomia e forças, justiça e reconhecer dignamente a emancipação social das pessoas com N.E.E.

2.2 DEFICIÊNCIAS

2.2.1 Alunos da Educação Especial

É aquele que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos do domínio das aprendizagens, curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente pessoas com Necessidades Educacionais Especiais são classificadas em: surdos, cegos e baixa visão, superdotados, deficiente mental e físico, condutas típicas e hiperativos

2.2.2 História dos Surdos no mundo

Na antigüidade chinesa, os surdos eram lançados ao mar. Os gauleses os sacrificavam ao Deus Teotales por ocasião da Festa do Agárico. Em Esparta, os surdos eram jogados do alto dos rochedos e, em Atenas, eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos.

Os surdos não eram considerados seres humanos competentes. Dizem que sem a fala não se desenvolveria o pensamento. Aristóteles falava que a linguagem era o que dava a condição de humano ao indivíduo. Para os romanos os Surdos que não falavam não tinham direitos legais, não podiam fazer testamentos e precisavam de um curador para todos os seus negócios. Eram considerados incapazes de gerenciar seus atos, perdiam sua condição de ser humano e eram confundidos como retardados.

Consideravam os surdos privados de toda possibilidade de desenvolvimento intelectual. Essa situação só iria se modificar com o código Justiniano (483-482 a.C.), quando começam a distinguir os graus de deficiência auditiva; mas o que nascia surdo não poderia ser educado, sendo comparado aos idiotas, absolutamente incapaz para a prática de atos da vida jurídica.

A Igreja Católica, até a Idade Média, acreditava que as suas almas não poderiam ser consideradas imortais porque eles não podiam falar os sacramentos.

2.2.3 Filosofias Educacionais para pessoas surdas no Brasil

Através de pesquisa realizada por profissionais da PUC (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) em convênio com o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) publicada no ano de 1986 em Curitiba, constatou-se que o surdo apresenta muitas dificuldades em relação aos pré-requisitos à escolaridade, e 74% não chega a concluir o 1º Grau. Ao ingressar na escola regular a criança surda enfrentar seu maior problema: a barreira da comunicação.

Atualmente no Brasil as filosofias educacionais são: oralismo – preocupa-se com o ensino da língua oral através de vários métodos tais como: Verbotonal, leitura labial, discriminação auditiva, etc; Bimodalismo – é a utilização simultânea das duas modalidades de língua, a oral – auditiva e a gestual – visual, misturando as duas línguas; Comunicação Total – procura desenvolver todas as habilidades da educação tais como: a fala, a audição, os sinais, leitura, escritas e outros recursos; Bilinguismo – uso de duas línguas por uma pessoa; Libras (língua brasileira de sinais) – esta língua é comparada em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais, expressam idéias sutis, complexas e abstratas

2.2.4 Área da deficiência Auditiva

A via aditiva, um dos canais de informação, é responsável, em grande parte, pela aquisição da linguagem e pela e pela percepção de estímulos do ambiente físico que cerca o ser humano.

A unidade usada para se aferir a perda auditiva é o decibel (dB). Considera-se normal, em termos de audição, a pessoa que detecta sons entre 10 e 20 dB. Segundo o grau, é considerada leve a perda auditiva que varia entre 21 a 39 dB; moderada, entre 40 a 70 dB, severa, de 71 a 90 dB, e profunda, acima de 90 dB.

Quando ao local da perda auditiva, são identificados três tipos principais:

Perdas condutivas – há qualquer interferência na condução do som do ouvido externo ou médio para o ouvido interno.

Perdas neurossensoriais – há lesão a nível de ouvido interno, vias auditivas nervosas e centrais, que impedem a transmissão do som.

Perdas mistas – a lesão aparece a nível de ouvido externo e/ou médio, associada ao ouvido externo e/ou vias auditivas.

Do ponto de vista pedagógico, uma classificação adequada deve considerar, ainda, de que forma a perda auditiva pode afetar o desenvolvimento da linguagem, quais as dificuldades e comportamentos característicos, de acordo com a perda e a indicação do atendimento educacional.

O portador de perda auditiva leve (21 a 39 dB) possui dificuldade em discriminar sons da fala, principalmente a distância e apresenta trocas sistemáticas ou assistemáticas ao falar, ler ou escrever.

O No ambiente escolar, geralmente esses aspectos são interpretados pelo professor como desatenção, pois tais alunos solicitam freqüentemente a repetição do que lhes falam.

Essa perda – embora possa ocasionar problemas fonoarticulatórios – não impede a aquisição e o desenvolvimento normal da linguagem oral, oportunizando ao aluno o seu atendimento na rede regular de ensino com indicação para atendimento fonoaudiológico, quando necessário.

A perda auditiva moderada (40 a 70 DB) dificulta ao aluno a discriminação de sons da fala em ambientes ruidosos e até mesmo a compreensão de frases estruturalmente complexas em ambientes normais. Neste caso, são freqüentes um

certo atraso em relação ao desenvolvimento normal da linguagem e alterações fonoarticulatórias.

Como a compreensão verbal está intimamente ligada à aptidão individual para a leitura labial, é fundamental que no diálogo o interlocutor fale em tom de voz mais alto que o normal, para que a compreensão seja facilitada.

É interessante ressaltar que esses alunos apresentam uma estruturação de linguagem característica, com emissões e/ou acréscimos em relação a sílabas ou palavras, ausência de elementos coesivos na oração, ausência de flexão de substantivos e adjetivos, erros de concordância nominal e verbal etc.

Neste sentido, embora o aluno possa freqüentar o ensino regular, devido às dificuldades apresentadas, ele deverá, necessariamente, receber atendimento especializado para que as mesmas sejam superadas e não se apresentem como óbice ao bom desenvolvimento da aprendizagem.

Em relação ao portador de perda auditiva severa ou profunda, é necessário destacar a importância do atendimento especializado, tendo em vista que a aquisição da linguagem, seja oral ou sinalizada, dependerá fundamentalmente de um trabalho sistemático e contínuo com profissionais especializados.

Os alunos com este tipo de perda apresentam voz característica, grande dificuldade quanto à estruturação da linguagem oral, à organização de idéias, à produção de fonemas e ao domínio de conceitos verbais, o que dificulta sobremaneira sua comunicação com os ouvintes. São facilmente identificáveis, visto que fazem uso de gestos e sinais, acentuadamente.

O encaminhamento educacional especializado na área de deficiência auditiva se faz preponderantemente através das seguintes modalidades de atendimento: Escolas Especiais, Centros de Atendimento Especializado, Escolaridade Regular com Atendimento Especializado e Educação Especial Supletiva.

2.2.5 Deficiência Visual

É a perda parcial ou total da capacidade de perceber visualmente imagens. Segundo a OMS, ainda não dispomos de dados confiáveis para apontar essas causas, mas destaca que, em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil quatro seriam as causas principais de cegueiras:

Hipovitaminose – inicialmente a insuficiência se manifesta pela diminuição da acuidade visual crepuscular e noturna, no segundo estágio da hipovitaminose A,

seria a perda de bulho nos olhos, com sensação de olho seco, começando pela conjuntiva, estendendo-se à córnea que pouco a pouco, vai perdendo a sensibilidade (xeroftalmia). Como estágio tardio e grave, acontece a ceratomalacia, quando a córnea se apresenta embaciada, mole e ulcerada, o que a predispõe à perfuração, o que em geral, culmina com a perda do olho.

A hipovitaminose A pode ser evitada com a inclusão regular na dieta de alimentos ricos em vitamina A (ou precursor, o caroteno) ovos, fígado, laticínios, cenoura e outros vegetais, em especial os folhosos verdes.

Tracoma – doença crônica e infecciosa dos olhos que afeta a conjuntiva e a córnea. Tem como agente causal o “vírus de Tracoma”. *Chlamydia Trachomatis* é transmitido através das secreções oculares e nasais de indivíduo infectado.

É uma característica de regiões mais pobres carentes de nutrição e higiene. Foi trazida para o Brasil pelos imigrantes italianos e alemães. Apesar de Ter sido praticamente erradicado, ainda restam alguns bolsões endêmicos, que não deixam de ser ameaça, havendo necessidade de medidas preventivas.

A prevenção do Tracoma pode ser feita através de medidas tais como: melhorias das condições de vida (higiene, alimentação, etc), combate ao agente causal (sulfas e antibióticos) vacinação em massa, provocar uma resistência específica.

Oncocercose – doenças crônicas, causadas pela filária *Onchocerca Volvulus*, cujo adulto produz nódulo fibroso na pele e tecidos subcutâneos na cabeça, atingem freqüentemente os olhos, resultados em lesões como conjuntivite, catarata, ceratite, etc.

É transmitida através da picada de moscas negras infectadas, que se proliferam em rios de rápida movimentação (cegueira dos rios) Prevenção é feita através do ataque à mosca – vetor, pela aspersão aérea de larvicida biodegradável, nas regiões perfluviais, que mata seletivamente a mosca, sem afetar peixes e vegetais.

Catarata – é qualquer opacificação do cristalino. Pode ser identificada a olho nu, quando em estágios avançados pupila branca.

No adulto é comum acima dos 60 anos de idade, mas pode acontecer antepor outro motivo (glaucoma, diabetes, traumatismos, etc) Não existe tratamento clínico para a catarata, somente cirúrgico. Indica quando a opacificação leva à baixa

da visão de maneira a comprometer o desempenho da atividade do portador (profissionais ou sociais)

É relativamente comum a ocorrência da catarata congênita sendo a maioria bilateral e, provavelmente, de caráter genético.

2.2.6 Deficiência mental

Esse tipo de deficiência caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento concomitante, com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente as demandas da sociedade, nos seguintes aspectos:

- a) Comunicação
- b) Cuidados pessoais
- c) Habilidades sociais
- d) Desempenho na família e comunidade
- e) Lateralidade e direcionalidade não estabelecidas
- f) Falta de iniciativas para ações motoras
- g) Problemas posturais
- h) Defasagens no desenvolvimento cognitivo, afetivo, e psicomotor quando comparados a indivíduos de visão normal.

Embora a deficiência mental possa ser identificada precocemente (em especial nos quadros sindrômicos e nos casos graves), a escola com freqüência é o local em que surge pela primeira vez a hipótese de que uma criança tenha essa condição, em razão da demanda advinha de aprendizagens escolares específicas.

No entanto, tal hipótese deve necessariamente ser confirmada, antes que algum rótulo seja apostado ao aluno. Esse diagnóstico de deficiência mental, a ser realizada por um médico ou psicólogo e por um pedagogo, deve levar em consideração o momento da vida bem como a diversidade cultural, lingüística e socioeconômica da pessoa. O teste psicométrico deve ser considerado por pesquisa mais aprofundada em cada caso. Se a hipótese de deficiência mental for confirmada, a pessoa precisa receber atendimento e apoio favoráveis a seu desenvolvimento a sua aprendizagem e a sua independência na vida cotidiana.

2.2.7 Deficiência Física

É uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou a fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda de más formações congênitas adquiridas.

2.3 INCLUSÃO

De acordo com Sasaki (1997 p. 14) a inclusão poderá ser um caminho de maiores possibilidades de ganhos na aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades especiais.

A inclusão escolar pode também trazer vantagem para o professor se ela for vista como possibilidade de troca e renovação da sua prática pedagógica.

O ingresso de uma criança com necessidades especiais na sala de aula regular aumentará sobremaneira suas chances de autonomia intelectual e social.

As experiências vivenciadas pelos alunos portadores de necessidades especiais, escolar serão especialmente valiosa para o favorecimento da aprendizagem e desenvolvimento global desses alunos.

Assim podemos afirmar que a escola regular é potencialmente um espaço possibilitador que permite muito mais a vivência de experiências significativas e diversificadas do que instituições educacionais que primam pela homogeneidade.

2.4 INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

Na Revista Nova Escola (junho 1999 p.43) consta que atualmente o consenso mundial determina novas linhas de ação inspiradas no princípio de integração e na necessidade de assegurar “escolas para todos” que reconheçam as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de todos os alunos. Todos educandos são capazes de aprender, alguns exigem apoio adicional, outros adaptações, outros ainda equipamentos específicos, recursos passíveis de serem ofertados pelos diferentes segmentos da sociedade. É por isso e outras que a proposta de inclusão propõe uma revolução de valores e atitudes que exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar visando

alcançar a integração social, pela expansão do atendimento na rede governamental de ensino pelo ingresso dos alunos em turmas do ensino regular sempre que possível, deve-se dar condições de integração ao sistema de ensino regular, conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da presença dos alunos especiais em escolas regulares, promovendo a integração técnico – pedagógica entre os educadores no ensino regular e especial e as ações integradas nas áreas social, de educação, saúde e trabalho.

Alvaro Marchisi, parte do pressuposto da própria natureza da escola básica, da escola e da educação comum.

O conceito da escola inclusiva é ligado à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa de modo que se tenha lugar para todas as diferenças individuais, inclusive aquelas associadas a alguma deficiência.

Mittler, (2003, p. 56) afirma que a educação inclusiva não é uma ação da Educação Especial. É da escola comum. Implica transformar a Educação comum no seu conjunto e assim deveremos transformar a Educação Especial para que contribua de maneira significativa ao desenvolvimento de desenvolvimento de escolas de qualidade para todos e entre todos, a inclusão à partir da Educação Especial, é um desafio da escola comum.

2.5 A ESCOLA INCLUSIVA

De acordo com Mittler, (2003 p. 65), as escolas tradicionais não dão conta das condições necessárias às mudanças propostas por uma educação aberta às diferenças, pois não são concebidas para atender à diversidade e têm uma estrutura rígida e seletiva no que diz respeito à aceitação e a permanência de alunos que não atendem às suas expectativas acadêmicas clássicas e conteudistas.

Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de *escola inclusiva*. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aqueles que possuam desvantagem severa.

Investimentos em escolas especiais existentes deveriam ser canalizados a este novo e amplificado papel de prover apoio profissional às escolas regulares no

sentido de atender às necessidades educacionais especiais. Uma importante contribuição às escolas regulares que os profissionais das escolas especiais podem fazer refere-se à provisão de métodos curriculares às necessidades individuais dos alunos.

Escolas especiais podem servir como centro de treinamento e de recurso para os profissionais das escolas regulares

2.6 PEDAGOGIA CENTRADA NA CRIANÇA

No Jornal Aprender, (Julho de 1999 p. 2-3) consta que a educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente conseqüências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia que "um tamanho serve a todos". Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto à dignidade de todos os seres humanos. Uma mudança de perspectiva social é imperativa. Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas.

De acordo com Mittler, (2003 p. 40), nas escolas inclusivas a progressão no ensino não é serial, linear, mas sincrônica e organizada em ciclos de formação/desenvolvimento, que cobrem as faixas etárias de 6 a 11 anos, de 11 a 14 anos para o caso do ensino fundamental.

Estes tempos permitem que o aluno transite num dado nível de ensino sem reprovações, sem desvios para o ensino especial, sejam quais forem as suas necessidades, pois não estabelecem, quando uma criança ou jovem devem mudar de suas passagens.

Instaura-se uma nova lógica organizacional, em que o processo escolar não se limita exclusivamente aos avanços cognitivos e em que o tempo escolar é valorizado e entendido como uma etapa da vida do aluno que concorre para a formação de sua personalidade como um todo.

Cada ciclo representa e engloba uma experiência coletiva de ordem cultural, social afetiva e intelectual, que deve transcorrer sem interrupções, sem barreiras. A idade cronológica é a única categoria aceitável para distinguir os agrupamentos de alunos.

2.7 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Sasaki, (1997 p. 60) afirma que o treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades.

As habilitações dos Cursos de Pedagogia para formação de professores de alunos com deficiência deveriam ser extintas e que os cursos de especialização não deveriam se dedicar a especializar os educadores em tipo de incapacidade, em uma categoria de alunos, mas estar voltados para o aprofundamento pedagógico desse profissional, de modo que pudesse entender melhor a criança em geral, no seu desenvolvimento. Em outras palavras, os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e de aprendizagem, isto é especializarem-se no "o que", no "como" e no "para que" se ensina e se aprende.

Ao nosso ver, o tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral dos educadores eliminariam, em grande parte, os

obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos. A formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a educação especial e a regular, nos sistemas escolares.

2.8 POSTURA DO PROFESSOR

Vivemos em uma cultura que valoriza mais as questões econômicas que as questões sociais. Essa verdade, tão conhecida por todos nós, vem explicar a desvalorização que, em nossa sociedade, se dá às crianças, aos adolescentes, aos idosos, e principalmente aos portadores de deficiência, que não fazem parte da população economicamente ativa, que são considerados "um peso" para o sistema.

Segundo Mittler, (2003 p. 67) a ação do professor, tanto no que se refere ao seu planejamento, como a sua atuação efetiva na vivência de sala de aula, é determinada pelo seu jeito de pensar a vida, pela sua visão de mundo, pela leitura que faz da sociedade, da educação, do ensino, do seu papel no trabalho, de si mesmo enquanto cidadão, de seu compromisso com o aluno, da relação professor/aluno. Todas essas idéias, essas concepções, constituem uma verdadeira teoria pessoal, subjetiva, particular, resultado da história de vida de cada um.

Cabe ainda a esse professor:

- a) Buscar formas de o aluno manifestar o que pode aprender e não se preocupar com as rotulações;
- b) Organizar práticas educativas que permitam aos alunos oferecerem uns aos outros, ajuda para a solução das dificuldades;
- c) Utilizar as experiências de vida do próprio aluno como fator motivador da aprendizagem dele;
- d) Ser flexível nos métodos de avaliação, pois sabe que os testes, provas e exames provocam medo e ansiedade nos alunos;
- e) Contribuir para a construção de uma escola de qualidade para todos, cooperando com o aprimoramento do sistema escolar, no sentido de melhorar o acesso à educação das pessoas com necessidades educativas especiais.

2.9 METODOLOGIA, CURRÍCULO, CONTEÚDO E AVALIAÇÃO.

Mittler, (2003 p. 76) afirma que as seguintes orientações enfocam pontos a serem considerados na integração de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas inclusivas.

São aplicáveis às classes de hoje, marcadas pela diversidade humana, os seguintes métodos: instrução multinível, a comunicação total, aprendizagem por cooperação, aprendizado baseado em atividades.

O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes.

O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torna-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento. O ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motiva-los.

Para que o progresso da criança seja acompanhado, formas de avaliação deveriam ser revistas. Avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter alunos e professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-las.

2.10 O PAPEL POLÍTICO SOCIAL E DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Mittler, (2003 p. 24) a participação do aluno portador de deficiência nas atividades extracurriculares de forma integrada com seus colegas é muito importante, pois beneficia a percepção mais ampla da realidade social e favorece o desenvolvimento geral do aluno.

Sempre é bom lembrar a importância da participação da família. Por mais simples que sejam, os parentes mais próximos, como pais e irmãos, podem, querem e devem participar. E os professores devem ajudá-los nessa tarefa, prestando-lhes informação, orientações, e fazendo-os sentirem-se partes integrantes e indispensáveis do processo.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais

favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples, ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização seja pouca.

O desenvolvimento de escolas inclusivas como o modo mais efetivo de atingir a educação para todos deve ser reconhecido como uma política governamental chave e dado o devido privilégio na pauta de desenvolvimento da nação. Somente desta maneira que os recursos adequados podem ser obtidos. Mudanças nas políticas e prioridades podem acabar sendo inefetivas a menos que um mínimo de recursos requeridos seja providenciado. O compromisso político é necessário, tanto a nível nacional como comunitário para que se obtenha recursos adicionais e para que se re-empregue os recursos já existentes. Ao mesmo tempo em que as comunidades devem desempenhar o papel-chave de desenvolver escolas inclusivas, apoio e encorajamento aos governos também são essenciais ao desenvolvimento efetivo de soluções viáveis.

3 PESQUISA DE CAMPO

3.1 OBJETIVOS DA PESQUISA DE CAMPO

- verificar a aptidão dos professores para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais;
- Constatar se os professores sabem o que é inclusão;
- Identificar se a instituição tem estrutura física e material pedagógico adequado para atender alunos portadores de necessidades especiais e o aluno dito normal;
- Analisar como a instituição pode melhorar o aproveitamento do aluno com necessidades especiais nas classes regulares;
- Levantar dados de como se daria o ensino aprendizagem de alunos portadores de necessidades especiais.
- Analisar como se dá a socialização entre o aluno portador de necessidades especiais e o aluno dito normal.

3.2 CONTEXTO PEDAGÓGICO

A análise dos dados e observação à respeito do tema inclusão, será realizada na Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves a qual situa-se na área central de Campina Grande do Sul, junto a rua Coronel Monteiro – 443.

Antigamente, essa escola era chamada de Casa escolar e se localizava onde hoje se encontra a Câmara Municipal. Em novembro de 1961 foi criado o primeiro grupo escolar do município chamado Francisco Braga. No ano de 1981 fica autorizada a funcionar a Escola Campos Sales – ensino de 1º grau, mantida pelo Estado e estruturada junto ao grupo escolar Francisco Braga. Já com a resolução nº 1034/91 de 14 de março de 1991 a escola passou por um processo de municipalização do ensino, criando-se a Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves – ensino de pré a 4ª série, desvinculando-se da Escola Campos Sales. O nome da instituição foi dado em homenagem ao primeiro prefeito de Campina Grande do Sul.

Hoje a escola é ampla e atende cerca de 741 alunos no turno da manhã e tarde, que abrange os seguintes níveis de atendimento: Educação infantil; ensino fundamental; classes especiais na área de deficiência mental, visual e auditiva;

classe de apoio; projeto PETI e o EJA – educação de jovens e adultos, que funciona nesta mesma instituição mas, no período noturno.

No turno observado, turno da manhã, o total de alunos equivale a 318. E dentre os alunos a escola atende 33 portadores de necessidades educativas especiais sendo que são 5 com deficiência visual, 15 com deficiência mental e 13 com deficiência auditiva, estes, divididos em dois períodos.

3.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Realizamos a prática da pesquisa na Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves, localizada no centro de Campina Grande do Sul, onde fizemos entrevistas com direção e supervisão, juntamente com questionários para pais e professoras de alunos portadores de necessidades Educativas Especiais. Com a observação, observamos a interação do aluno portador de necessidades educativas especiais, com os alunos da turma e demais colegas, seu relacionamento com a professora, supervisora, diretora e outros funcionários da escola. Utilizamos a entrevista juntamente com uma conversa com a supervisora e diretora da escola, para saber o que elas conhecem sobre o tema Inclusão.

No primeiro momento utilizamos questionários que foram respondidos por professoras das classes regulares e classes especiais que trabalham com alunos portadores de necessidades educativas especiais, que engloba as seguintes áreas: mental, auditiva e visual.

Foi elaborado um questionário dirigido as professoras das classes regulares onde estas descreveram sua opinião sobre a inclusão.

Após elaboramos um questionário para pais e alunos bem como para direção e Supervisão.

A proposta Pedagógica da escola foi consultada para tomar conhecimento do que o que diz sobre o tema inclusão.

3.4 OS QUESTIONÁRIOS

ENTREVISTA COM SUPERVISÃO E DIREÇÃO

1 – O que é Inclusão?

2 – Na escola há Inclusão?

3 – Como funciona a Inclusão na sua escola?

4 – Seus professores estão preparados para atender um aluno portador de necessidades educativas especiais em sala de aula?

5 – Você acredita que a escola inclusiva pode dar certo?

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORAS

1 – SERIE EM QUE ATUA

() 1º () 2º () 3º () 4º () JARDIM () CLASSE
ESPECIAL

2 – ESCOLARIDADE

() ensino profissionalizante – magistério

() ensino superior

() pós graduação

() outros

3 – QUANTO AO TEMA INCLUSÃO RESPONDA:

A) O QUE VOCÊ SABE SOBRE INCLUSÃO?

- B) VOCÊ TEM OU JÁ TEVE ALGUM ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS?
- C) QUAL O TIPO DE DEFICIÊNCIA
- D) NA SUA OPINIÃO QUAL DESSAS DEFICIÊNCIAS SERIA MAIS FÁCIL DE TRABALHAR EM SUA SALA DE AULA?
- DM DV DA DF
- E) COMO SE DÁ O ENSINO APRENDIZAGEM DESTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA?
- REGULAR BOM ÓTIMO
- F) COMO É O RELACIONAMENTO ENTRE VOCÊ E ELE?
- G) SE VOCÊ TIVESSE UM PORTADOR DE DEFICIÊNCIA QUAL SERIA SUA REAÇÃO, COMO VOCÊ ENSINARIA?
- H) VOCÊ SERIA A FAVOR DA INCLUSÃO? POR QUÊ?

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE CLASSES ESPECIAIS

- 1) QUAL O TIPO DE DEFICIÊNCIA QUE TRABALHA?
- 2) QUANTOS ALUNOS TÊM?
- 3) QUAL A SUA ESCOLARIDADE
- 4) O QUE É PARA VOCÊ INCLUSÃO? E VOCÊ ACHA QUE PODE DAR CERTO?
- 5) VOCÊ ACREDITA QUE A ESCOLA QUE VOCÊ ESTÁ TEM INCLUSÃO? JUSTIFIQUE
- 6) EM SUA CLASSE COMO SE DÁ O ENSINO APRENDIZAGEM?

- 7) COMO VOCÊ VÊ A RELAÇÃO ENTRE OS DEFICIENTES E OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E OS DITOS NORMAIS?
- 8) SEU ALUNO ESTANDO EM UMA CLASSE NORMAL, QUAL SERIA O DESENVOLVIMENTO DELE?
- 9) COMO É O RELACIONAMENTO ENTRE VOCÊ E O ALUNO?
- 10) QUAL A IDADE DOS SEUS ALUNOS E EM QUAL NÍVEL ELES SE ENCONTRAM? (ENSINO FUNDAMENTAL)

QUESTIONÁRIO PAIS DE ALUNOS

- 1) EXISTE, ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA, UM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO (TELEFONEMAS, AGENDA, ETC...) COM A QUAL AMBAS AS PARTES CONCORDAM?
- 2) AS FAMÍLIAS SÃO RECONHECIDAS PELA ESCOLA COMO PARCEIROS PLENOS JUNTO A EQUIPE ESCOLAR?
- 3) OS PAIS RECEBEM TODAS AS INFORMAÇÕES RELEVANTES (O DIREITO DOS PAIS, PRÁTICAS EDUCATIVAS ATUAIS, PLANEJAMENTO CENTRADO NA PESSOA, NOTICIA DA ESCOLA, ETC)
- 4) OS PAIS RECEBEM OU TEM ACESSO E TREINAMENTO RELEVANTE?
- 5) EXISTEM A DISPOSIÇÃO DE MEMBROS DAS FAMÍLIAS SERVIÇOS DE APOIO A PRÓPRIA ESCOLA (ACONSELHAMENTO, GRUPO DE APOIO, INFORMAÇÕES SOBRE AS DEFICIÊNCIAS).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DIRIGIDOS ÀS PROFESSORAS DE CLASSE REGULAR

As professoras as quais foram solicitadas a responder o questionário trabalham com alunos de jardim III à 4ª série, onde a maioria destas estão cursando a faculdade de pedagogia.

No que diz respeito ao tema inclusão as professoras afirmam que é uma integração de alunos com necessidades educativas especiais em turmas regulares.

“O ingresso de uma criança com necessidades especiais na sala de aula regular, aumentará sobremaneira suas chances de autonomia intelectual e social.” (Vygotsky, citado por ROCHA 1999, p. 4).

90% das entrevistadas tiveram a experiência da inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais, na área auditiva e mental, em sua turma e relatam que a integração destes alunos com os demais se deu de forma positiva, porém a aprendizagem foi restrita pela falta de preparo e formação por parte dos professores.

Todas as deficiências não são fáceis de serem trabalhadas, mas em relação a aprendizagem as professoras acham que a deficiência física é mais fácil que as demais, pois não afeta o raciocínio e tem melhor adaptação ao meio.

“A deficiência física é definida, atualmente, como uma desvantagem, resultante de um comprometimento ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho motor de determinada pessoa.” Cadernos da TV escola – MEC/ Maciel (1998, p. 52)

Quanto ao ensino-aprendizagem dos alunos portadores de deficiências especiais nas turmas destas professoras a maioria acompanham os demais, mas ocorre a necessidade de um atendimento individualizado.

“O professor é o mediador mais importante nessa interação entre os alunos e os objetos do conhecimento. Cabe a ele não só estimular essas interações, mas principalmente promovê-las no seu dia em sala de aula, adotando uma posição de busca incessante do significado das condutas dos seus alunos para uma intervenção pedagógica mais adequada.” Vygotsky, citado por Rocha (199, p. 2).

E o relacionamento dos alunos especiais com os demais alunos é bom, mas com dificuldade de comunicação ao repassar os conteúdos.

Segundo as professoras ao receber um aluno portador de necessidades especiais em sua turma, deverão preparar seus alunos anteriormente e se informar sobre a deficiência do aluno especial, para assim procurar a melhor forma para ensiná-lo. Pois, de acordo com Bencini (1993, p.11), a prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

Concluindo, os professores seriam a favor da escola inclusiva, se houvesse capacitação aos professores de classe regular e acompanhamento de um professor especializado. Como diz Mantoan (1997, p.64) cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos. Pois só com a colaboração de todos os educadores poderão proporcionar um bom trabalho que favoreça o desenvolvimento deste aluno, porque a inclusão não é simplesmente estar junto, é mais do que isso, incluir um aluno com necessidades educativas especiais na classe regular é estimulá-lo a participar e interagir com o regular, é estimulá-lo a participar e interagir com o meio, para que assim possa desenvolver suas capacidades.

Segundo Mendonça (1997, p. 7) a Inclusão deve ser vista através de um projeto coletivo, onde a escola tem que repensar sua prática a partir das relações dialógicas envolvendo os educadores, a família e a comunidade (ou em outras palavras, governo e sociedade civil).

4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM PROFESSORES QUE TRABALHAM COM ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Na escola pesquisada há somente três professores que trabalham com alunos portadores de necessidades educativas especiais nas áreas de Deficiência mental, auditiva e visual, e tem em média de cinco a quinze alunos por sala. A formação desses professores está na área de pedagogia e especialização em educação especial, para elas a inclusão é a transformação de ambas as partes tanto como indivíduo na sociedade como também uma necessidade de amor e carinho.

Segundo Montoan (1997, site p) inclusão significa muito mais do que simplesmente colocar juntas crianças “deficientes” com crianças normais em uma sala de aula, trata-se de uma transformação muito maior.

As professoras acreditam que a inclusão de alunos portadores de deficiência mental e visual pode dar, em relação aos portadores de deficiência auditiva há uma maior dificuldade de ensiná-lo pois, não pode “jogar” a criança surda em uma escola de ensino regular, alegando a necessidade de ter um atendimento cuidadoso com habilitação e material didático-pedagógico adequado capaz de possibilitar o desenvolvimento de todo seu potencial de comunicação.

Para Montoan (1997, sete) a educação escolar do deficiente, significa altamente trazer a tona processo de ensino que oportunizem a estas crianças um meio escolar onde elas possam desenvolver e expressar suas capacidades.

Segundo as professoras o ensino aprendizagem se dá em planejamento baseado no currículo escolar, fazendo uso do lúdico na sua prática.

Stainback 1999 p. 233, discute o que os alunos devem aprender, deve-se tomar cuidado para não enfatizar em excesso, interesses curriculares pré-definidos. Quanto ao relacionamento dos ditos normais e os portadores de deficiência não há muita interação entre eles, segundo as professoras há uma grande dificuldade de comunicação principalmente com o deficiente auditivo pois sua linguagem se dá através de libras (língua brasileira de sinais) e os alunos de ensino regular não possuem o conhecimento desta forma de linguagem.

Segundo Carvalho 1989, p. 33, a inclusão da criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do aluno quanto da escola para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração.

Os alunos especiais estabelecem um vínculo afetivo com os professores, pois eles possuem uma necessidade maior de amor, carinho e dedicação. Sua faixa etária varia de sete aos trinta e três anos sendo que desses, apenas dois estão cursando o segundo grau.

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM DIREÇÃO E SUPERVISÃO

Na entrevista tanto direção, como supervisão nos falaram que a inclusão é inserir, integrar no ambiente escolar na classe escolar, que essas crianças convivam, respeitem e sejam respeitadas na diversidade segundo Montoan (1997, p

120) “o princípio democrático para todos só se evidencia nos sistemas educacionais em todos os alunos e não apenas um deles”. Nessa escola pela opinião delas há inclusão, há aulas em que alunos com deficiência mental freqüentam as disciplinas especiais junto com as 2ª séries porém, os outros alunos especiais (deficiência visual e auditiva) não assistem a essas aulas.

“A inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.” Skrtic (1994) citado por Stainback (1999, p. 31).

Perguntamos se a inclusão funciona ou não na escola, todas responderam que o aluno portador de necessidade especial é avaliado e após inserido na classe regular, mas deve entrar no início do ano, não no meio do ano ou no final, para que o professor da classe regular possa ter um acompanhamento completo, para verificar suas limitações.

Quanto a formação dos professores para atender os alunos portadores de necessidades especiais, responderam que os professores encontram certas dificuldades e resistência por não receberem subsídios pedagógicos para o atendimento.

Segundo elas a Inclusão pode dar certo, se os professores forem capacitados, assim como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) cap. V art. 59, insiso III (1996, p. 28) que rege que par atender os alunos especiais é preciso:

“Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.”

Segundo as Diretrizes nacionais para a Educação Básica (artigo 208) deverá ter atendimento educacional aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que embora usemos a linguagem da diversidade, da justiça social e da igualdade de oportunidades, a sociedade em que vivemos ainda está repleta de desigualdades que refletem no sistema educacional.

Por outro lado, o que se nota, é que vários professores já têm o conhecimento necessário e as habilidades que os equipam para a inclusão, mas o que lhes falta é a confiança em sua própria habilidade para ensinar de modo inclusivo.

Para poder mudar o sistema dividido em outro mais inclusivo é preciso, aceitar o desafio, pois precisamos ver as necessidades educacionais especiais nos contextos mais amplos das desigualdades sociais e da marginalização.

É preciso que se repense também, as relações entre a família e a escola. Há algum tempo, os pais estão afastados da escola, e a escola, por sua vez parece ter-se acomodado a essa ausência como se ela, de certa forma, a deixasse livre para não das satisfação de seus atos a seu cliente e maior interessado. Trazer novamente os pais e professores para uma relação de trabalho mais aproximada, torna-se válido para a própria causa da inclusão/educação, mesmo que para tal seja necessário inventar novos modos de fazê-lo.

Afinal, independentemente de sua limitação o aluno tem direito a uma educação de qualidade e de respeito a sua diversidade, sendo desenvolvido um programa e planejamento para a adaptação do currículo escolar, tendo em vista que todos são responsáveis pela educação de cada aluno, desde a frequência à escola, independentemente das necessidades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, Alexandra Aych. **Educação e Deficiência**. Campo Grande, Cecit/UFMS, 1994.
- BLANCO, Rosa. **Aprendendo na Diversidade**. p. 4 e 5
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- FREITAS, Patrícia S & CIDADE Ruth E. A. **Noções sobre a Educação Física e Esporte para pessoas portadores de deficiências: uma abordagem para profº de 1º e 2º graus**. Uberlândia, MG: Gráfica Breda.
- GRL, Marta. **Deficiência Visual**. Brasília, 2000
- STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Yue, 1555
- SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão/ Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- JORNAL DO APRENDER, Julho de 1999 p. 2 e 3.
- REVISTA NOVA ESCOLA. **Inclusão**. p. 8 à 17
- SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação Especial para todos**. Junho, 1998 p. 17, 18 e 19.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Deficiência Mental**. Brasília, 1998
- APOSTILA do 3º Encontro sobre "Inclusão, Ensino e Trabalho de qualidade para todos" – organizado pela AMCHAM (Câmara Americana de Comércio) Agosto/2001-SP.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais – Brasília 5.1/1994
- BRASIL, Lei 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Ed. Nacional – Dezembro/1996.
- Jornal do Mec – Brasília-DF- Maio/2001
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva (contextos sociais)**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- Sites da Internet:
- WWW.inclusion.hpg.ig.com.br
- WWW.entreamigos.com.br.
- WWW.valeparaibano.com.br/2000/07/27/ani/ping.htm